

Derrota faz senador estudar tom do discurso da renúncia

José Paulo Lacerda/AE

GERSON CAMAROTTI

BRASÍLIA – Depois do duro golpe sofrido ontem no Conselho de Ética, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez uma avaliação no início da noite com alguns interlocutores e já admitia que seria praticamente impossível reverter o processo de cassação. Ontem mesmo, Carlos Wilson (PPS-PE), relator do processo na Mesa Diretora do Senado, deu sinais de que seguirá a decisão do conselho, recomendando abertura do processo de cassação. Por causa disso, ACM começou a avaliar qual seria o melhor tom para o discurso de sua renúncia.

Antes disso, ACM dará sua última cartada: a estratégia será tentar reverter na Mesa o relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ), que pediu a cassação de ACM e de José Roberto Arruda (sem partido-DF). Mas a mobilização será um jogo de cena. Numa entrevista no início da noite, ele já admitia publicamente a possibilidade de renunciar ao mandato. “Não estou pensando em renúncia, mas seria hipócrita de não admitir que ela possa existir”, disse. “Vou esperar a decisão da Mesa até o último minuto.”

Ele foi além, e garantiu que vai disputar as eleições do ano que vem. “Não há dúvida que vou concorrer; não vou perder meus direitos políticos.” Já era a segunda declaração no mesmo dia admitindo a renúncia.

Reconhecendo que ficará sem mandato e sem imunidade parlamentar, o senador agora avalia qual será a melhor opção: ou passa a fazer oposição radical ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, alinhando-se à oposição, ou vai para um “exílio” na Bahia, respeitando a posição governista do PFL. Temendo a transformação de ACM num franco-atirador, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), iniciou uma operação de guerra para evitar o oposicionismo.

Preocupado com o destino da aliança, Bornhausen começou a mobilização de emergência na noite de segunda-feira. Numa longa conversa com Fernando Henrique, no Palácio da Alvorada, foi enfático: o governo correria grande risco com ACM solto. Ele foi além, e pediu que o presidente e o Planalto se afastassem do episódio no Senado. Afirmou que, dependendo da forma como ACM fos-



Depois do resultado no conselho, senador diz que já pensa em disputar as eleições do próximo ano

se cassado, o senador baiano jogaria toda a sua vontade de vingança para enfraquecer o governo usando a tática do “terror”.

O primeiro sinal da mudança de espírito do Planalto surgiria naquele mesmo dia, quando o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), até então em silêncio, manifestou o seu apoio a ACM. Na semana passada, em outro encontro com Fernando Henrique, Bornhausen já havia assegurado o recuo da executiva nacional do PSDB, que anunciara uma posição partidária em favor da cassação.

Neutralidade – Ao sair do Alvorada, Bornhausen seguiu naquela mesma noite para o apartamento de ACM. Lá já estavam os senadores pefelistas Hugo Napoleão (PI) e Edison Lobão (MA), além dos advogados de ACM, Márcio Thomaz Bas-

tos e Luiz Vicente Cernichiaro. O presidente pefelista garantiu a neutralidade do Planalto. Com isso, começou a ser posta em prática a segunda parte da operação. Já temendo uma derrota no Conselho de Ética, a estratégia passou a ser de garantir tempo na Mesa Diretora.

Lobão ficou encarregado de negociar esse prazo. Como já estava decidido desde a semana passada que Carlos Wilson seria o relator, a idéia era assegurar mais do que 24 horas. Lobão, vice-presidente do Senado, serviu de interlocutor entre ACM e Wilson e ficou com missão de conversar com o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA).

A solução acabou saindo pelas mãos de Jader. Em poder de dois pareceres – um que permitia a decisão imediata da Mesa sobre a cassação e outro que definia prazo de até 15 dias –

ele acabou optando pela segunda. “A decisão de Jader acabou surpreendendo até mesmo o PMDB”, espantou-se um líder peemedebista. “Jader enfrenta uma crise e não sabe no momento o que é melhor para ele.”

Apesar de ter sido vitorioso na obtenção de um prazo maior, ACM sabe que a indicação de Carlos Wilson representará um parecer favorável pela cassação. O senador pernambucano chegou a avisar que poderia até concordar em dar um prazo maior para não ser acusado de ter negado o direito de defesa de ACM e Arruda. Mas deixou claro que não iria divergir da decisão do conselho.

ACM acabou aceitando o gesto do PFL. Pelo menos ontem, o tom de suas declarações era de respeito à sua decisão. Além de agradecer o apoio da legenda, ACM negou que apoiaria a candidatura à Presidência do governador de Minas, Itamar Franco (PMDB). “Vou seguir o meu partido.” Ao saber disso, Bornhausen respirou aliviado. (Colaborou Gilse Guedes)

**‘NÃO VOU
PERDER MEUS
DIREITOS
POLÍTICOS’**